



JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
ANO 10 · Nº 49 · JULHO/AGOSTO DE 2002
EDIÇÃO NACIONAL
234 MIL EXEMPLARES

5 **Entrevista**

foto: Vanor Correia

Recém-reeleito, o presidente do CRO-RS, Ben Hur Godolphim, fala sobre suas ações na área da fiscalização. Além dele, também são entrevistados nesta edição os presidentes do CRO-MS, Orlando Ayrton de Toledo, e do CRO-RJ, Outair Bastazini.

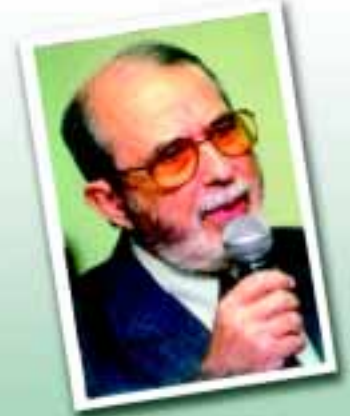


foto: Gustavo Miranda (O Globo)



foto: Wilton Junior (Ag. Estado)

E a saúde, candidato?

Presidenciáveis falam ao Jornal do CFO sobre suas propostas para a Odontologia. Páginas 6 e 7.

foto: Fábio Motta (Ag. Estado)



foto: Celso Junior (Ag. Estado)

No sentido horário: Lula, Ciro, Garotinho e Serra

3 **3ª CONPA**

Em debate a situação das profissões auxiliares

8 **3ª CONEO**

Em dezembro, classe se reúne para rever Código de Ética

11 **MERCOSUL**

Conselhos de Saúde entregam propostas a presidenciáveis



Voto responsável

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

Em 1989, quando o povo brasileiro recebia de volta, após 29 anos, o direito de votar para presidente, muito se falava em “festa da democracia”. Era uma expressão um tanto exagerada, mas coerente com a realidade de um país que, lamentavelmente, não possuía tradição democrática.

As eleições deste ano, para presidente, governadores, senadores e deputados, confirmam que o Brasil alcançou, enfim, sua maioria política. Ainda que o clima não seja mais de “festa”, sempre é bom celebrar essa bem-vinda rotina democrática. Afinal, além de termos em 2003 o terceiro presidente eleito democraticamente desde o fim da ditadura militar, já contamos com uma sociedade civil mais organizada, com suas instituições cada vez mais representativas e sintonizadas com os desejos e necessidades da população.

Assim também acontece com a Odontologia. As eleições para o Executivo e o Legislativo nacionais – com exceção das prefeituras e câmaras de vereadores – coincidem com as eleições para mais de um terço dos nossos Conselhos Regionais. Porém, o que chama mais a atenção não é a coincidência, e sim o fato de a categoria odontológica, hoje, ocupar um espaço que jamais havia ocupado antes no cenário político nacional. Contribuiu para isso o fato de contarmos com entidades odontológicas mais atuantes.

Nos últimos 12 meses, a diretoria do CFO esteve em mais de 10 audiências públicas com deputados, senadores e ministros de Estado, para não somente reivindicar a aprovação de projetos de lei relevantes para a classe, como também pleitear mais vagas no Programa de Saúde da Família e na política federal de interiorização de profissionais. Temos sido recebidos e ouvidos porque, além de reivindicações temos levado propostas, evidenciando ao poder público que a Odontologia é um interlocutor destacado dentre as profissões de saúde.

Votar é uma oportunidade de exercer nosso poder de escolha, que exige muita responsabilidade. Na qualidade de porta-voz da categoria, o Jornal do CFO entrevistou para esta edição os candidatos à Presidência da República. Um deles comandará os destinos da nação a partir de janeiro. E como já vimos pela imprensa, o próximo presidente disporá de um orçamento bem menor que o de 2002. O que significa que deverá ter, além de muita vontade política, uma extraordinária capacidade de liderança e negociação.

Desde já, a nossa classe, em nome dos que não têm acesso à atenção odontológica, se apresenta como interlocutora e, sobretudo, colaboradora do próximo governo.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Tels: (21) 2262-0369 e 2262-0419
Fax: (21) 2262-4681 e 2524-0042
E-mail: cfo@cfo.org.br
Site: www.cfo.org.br

Sede no DF: SHC-AO-Sul-EA-02/08-
Lote 05 - Ed. Terraço Shopping,
Torre A/sala 207 - Bairro Otogonal
CEP 70660-020 - Brasília

Distrito Federal
Telefone: (61) 234-9909
Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)

Repórteres:
Vitor Fraga e Ana Maria Freitas
(estagiária)
Sol Comunicações Ltda.
(jornal@cfo.org.br)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br)

Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria
e Planejamento Gráfico Ltda.

NOTAS

Normas para exames complementares

Para garantir que a solicitação de exames complementares feita pelos CDs não sofra nenhuma restrição por parte das operadoras de planos de saúde, o CFO promulgou a Resolução 29/2002, que estabelece normas para a autorização dos exames. Como os exames complementares auxiliam o diagnóstico e o bom desempenho técnico da profissão, a Resolução proíbe as operadoras de fazer qualquer tipo de objeção às solicitações, ainda que o CD não pertença à rede própria ou credenciada da operadora.

MG sedia encontro sobre PSF

O CRO-MG promove, em Juiz de Fora, o I Encontro Sudeste da Equipe de Saúde Bucal – PSF, em par-

ceria com os CROs do SP, RJ e ES. De 12 a 14 de setembro, gestores de saúde bucal federais, estaduais e municipais, entidades de classe, faculdades de Odontologia, os pólos de PSF, cirurgiões-dentistas, ACDs e THDs estarão reunidos na Universidade Federal de Juiz de Fora para debater sobre capacitação e inserção das equipes de saúde bucal no programa, entre outros temas.

CFO e ABO discutem atuação conjunta

A pedido da ABO Nacional, o CFO se reuniu com a entidade no Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto, para discutir políticas de saúde, critérios para o reconhecimento e a atuação de entidades representativas de classe e a possibilidade de realização periódica de reuniões conjuntas.

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: “**Você é a favor da regulamentação das profissões de THD e ACD?**” Veja a resposta da classe:



Sim > **67,71%** Não > **32,20%**

O CFO quer sua opinião na próxima edição: “**QUAL CANDIDATO SE SAIU MELHOR NA ENTREVISTA AO JORNAL DO CFO?**”

Participe: www.cfo.org.br

DIRETORIA

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre
(Rio Grande do Sul)
E-mail: presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
(Mato Grosso do Sul)
E-mail: vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (Sergipe)
E-mail: secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de
Menezes (Rondônia)
E-mail: tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros Efetivos

Emanuel Dias de Oliveira e Silva
(emmanuel@cfo.org.br · Pernambuco)
Ivon Corrêgio de Figueiredo Sucasas

(ivonsucasas@cfo.org.br · São Paulo);
Mário Ferraro Tourinho Filho
(marioferraro@cfo.org.br · Bahia)
Roberto Eluard da Veiga Cavali
(robertocavali@cfo.org · Paraná);
Rutílio Caldas Pessanha
(rutiliopessanha@cfo.org.br · Rio de Janeiro)

Conselheiros Suplentes

Benício Paiva Mesquita (Ceará);
Elphego Wanderley de Souza Júnior
(Piauí);
Hildeberto Cordeiro Lins (Alagoas);
Irma Neuma Coutinho Ramos
(Paraíba);
Maria Izabel de Souza Ávila Ramos
(Amapá);
Messias Gambôa de Melo (Pará);
Norberto Francisco Lubiana

(Espírito Santo);
Selene Machado Costa Guedes
(Amazonas);
Wilson Antônio Steinwandter
(Santa Catarina);
Assessor Especial
Jacques Narcisse Henri Duval
(São Paulo)

Comissão Editorial do Jornal do CFO

Presidente: Clemente Galvão Neto
Coordenador Geral:

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Membros: Irma Neuma C. Ramos;
Norberto Francisco Lubiana
Sugestões e colaborações para o Jornal do CFO
E-mail: jornal@cfo.org.br

Profissões auxiliares

CFO e CRO-DF promovem 3ª Conpa com o objetivo de reavaliar a realidade das profissões auxiliares

Avaliar o histórico, a realidade e as perspectivas das profissões auxiliares da Odontologia. É esse o objetivo da 3ª Conpa – Conferência Nacional das Profissões Auxiliares em Odontologia – que vai reunir em Brasília, de 18 a 20 de setembro, representantes de cirurgiões-dentistas, técnicos em prótese dentária (TPDs), técnicos em higiene dental (THDs), atendentes de consultório dentário (ACDs) e auxiliares de prótese dentária (APDs).

A conferência está sendo considerada um grande marco no campo das profissões auxiliares, cuja realidade influi diretamente no exercício da Odontologia. “O CFO entende que é urgente conhecer essa realidade, para que as profissões auxiliares possam ser mais bem assistidas em seus anseios”, afirma Orlando Ayrton de Toledo, presidente do CRO-Distrito Federal (veja entrevista completa na página 5). A autarquia promove o evento, em parceria com o CFO. “Serão avaliados, durante a conferência, aspectos históricos, capacitação profissional, aspectos legais e perspectivas futuras das profissões auxiliares em odontologia”, afirma João Batista Neto, presidente da Comissão Organizadora, em comunicado a toda a classe odontológica (www.cro-df.org.br/conpa).

TPDs reconhecem esforço do CFO

Para os profissionais auxiliares, a iniciativa do CFO vai trazer avanços para toda a área de saúde bucal. “É um evento muito útil

para as profissões auxiliares, um avanço. É uma abertura que o CFO está nos dando, e precisamos aproveitar essa grande oportunidade”, comemora José Augusto Gomes de Siqueira, presidente da Associação Brasileira de Prótese Dentária (ABPD).

Recentemente, a entidade realizou no Rio de Janeiro o 9º Congresso Nacional de Prótese Dentária, que contou com a presença do presidente do CFO, Miguel Nobre. “Apesar da crise econômica e da violência, atingimos nossa meta”, avalia José Augusto. Durante o congresso, que teve apoio do CFO, aconteceu o 11º Enepro (Encontro Nacional de Entidades de Prótese Dentária), com participação da Federação Brasileira de Prótese Dentária (FBPD) e de presidentes de diversos sindicatos do país. No Enepro, foram discutidas diversas propostas que serão apresentadas na 3ª Conpa.

Procurador do CFO abre a conferência

A primeira palestra, com o tema “Os aspectos legais para o exercício das profissões auxiliares em Odontologia no Brasil”, será ministrada pelo procurador jurídico do CFO, Luiz Edmundo Gravatá Maron. O evento, que acontece no Salão de Convenções Ball Room, inclui na sua programação o 3º Encontro Nacional de Técnicos em Prótese Dentária, o 3º Encontro Nacional de Técnicos em Higiene Dental, o 3º Encontro Nacional das Atendentes de Consultórios Dentários e o 2º Encontro Nacional de Auxiliares de Prótese Dentária. Para o presidente da ABPD, a presença dos profissionais auxiliares na 3ª Conpa é fundamental para a consolidação de uma nova fase. “A Prótese Dentária tem crescido muito no país, e esta é uma oportunidade para valorizarmos esse crescimento”, finaliza José Augusto.

Quem faz a 3ª Conpa

Coordenador Geral: Miguel Álvaro Santiago Nobre; Comissão Organizadora – Presidentes: João Batista Neto/Orlando Ayrton de Toledo; Secretário: Sílvia Aurora da Silva; Membros: Luciano Siqueira Correa, Wagner Gomes Reis, Júlio César, Jovina Flávia Amâncio de Sousa, Eduardo de Araújo Bürgel, Sívio Eduardo Machado Bonfim; Coordenador do 3º Encontro Nacional de Técnicos em Prótese Dentária: Agnaldo da Silva Teixeira; Coordenador do 3º Encontro Nacional de Técnicos em Higiene Dental: Marluiz Nunes de Freitas; Coordenador do 3º Encontro Nacional de Atendentes de Consultório Dentário: Messias Gambôa de Melo; Coordenador do 2º Encon-

tro Nacional de Auxiliar de Prótese Dentária: Agostinho Fernandes dos Santos Filho; Comissão Relatora – Relator Geral: Marcos Luis Macedo de Santana; Relator do 3º Encontro Nacional de Técnicos em Prótese Dentária: Nivaldo Burim; Relator do 3º Encontro Nacional de Técnicos em Higiene Dental: Maria de Lourdes Afonso Ribeiro; Relator do 3º Encontro Nacional de Atendentes de Consultório Dentário: Maria Izabel de Souza Ávila Ramos; Relator do 2º Encontro Nacional de Auxiliares de Prótese Dentária: José Augusto Gomes de Siqueira; Assessores da Coordenação Geral: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, Lester Pontes de Menezes, Sérgio Valmor Barbosa.

MAPA DA ODONTOLOGIA

Veja a relação CD/habitante e o número de faculdades em todo o Brasil

<p>▶ Acre Relação CD/habitante: 1/2323 Não há curso</p>	<p>▶ Pernambuco Relação CD/habitante: 1/1658 Cursos: 3</p>
<p>▶ Alagoas Relação CD/habitante: 1/1882 Cursos: 2</p>	<p>▶ Piauí Relação CD/habitante: 1/2228 Cursos: 4</p>
<p>▶ Amapá Relação CD/habitante: 1/2891 Não há cursos</p>	<p>▶ Paraná Relação CD/habitante: 1/903 Cursos: 11</p>
<p>▶ Amazonas Relação CD/habitante: 1/2452 Cursos: 5</p>	<p>▶ Rio de Janeiro Relação CD/habitante: 1/683 Cursos: 18</p>
<p>▶ Bahia Relação CD/habitante: 1/2488 Cursos: 4</p>	<p>▶ Rondônia Relação CD/habitante: 1/2363 Cursos: 1</p>
<p>▶ Ceará Relação CD/habitante: 1/2243 Cursos: 2</p>	<p>▶ Roraima Relação CD/habitante: 1/1942 Não há faculdade</p>
<p>▶ Distrito Federal Relação CD/habitante: 1/495 Cursos: 4</p>	<p>▶ Rio Grande do Norte Relação CD/habitante: 1/1509 Cursos: 2</p>
<p>▶ Espírito Santo Relação CD/habitante: 1/1023 Cursos: 2</p>	<p>▶ Rio Grande do Sul Relação CD/habitante: 1/1000 Cursos: 9</p>
<p>▶ Goiás Relação CD/habitante: 1/968 Cursos: 3</p>	<p>▶ Santa Catarina Relação CD/habitante: 1/1030 Cursos: 7</p>
<p>▶ Maranhão Relação CD/habitante: 1/4391 Cursos: 2</p>	<p>▶ Sergipe Relação CD/habitante: 1/1826 Cursos: 2</p>
<p>▶ Minas Gerais Relação CD/habitante: 1/785 Cursos: 13</p>	<p>▶ São Paulo Relação CD/habitante: 1/597 Cursos: 46</p>
<p>▶ Mato Grosso do Sul Relação CD/habitante: 1/941 Cursos: 2</p>	<p>▶ Tocantins Relação CD/habitante: 1/1767 Não há curso</p>
<p>▶ Mato Grosso Relação CD/habitante: 1/1317 Cursos: 2</p>	<p>▶ BRASIL Relação CD/habitante: 1/965 Cursos: 148</p>
<p>▶ Pará Relação CD/habitante: 1/2855 Cursos: 2</p>	
<p>▶ Paraíba Relação CD/habitante: 1/1442 Cursos: 2</p>	

Dados atualizados em agosto/2002 (Fontes: CFO e IBGE). Cursos reconhecidos pelo MEC.

Futuro da nação ou problema social?



Quando se fala em número de cursos de Odontologia no Brasil, o bonequinho assume logo um ar preocupado. E não era para menos. A mais recente apuração do Jornal do CFO, publicada acima, registrou 23 novos cursos (chegando a 148), num aumento de 18,4% em relação à estimativa anterior. Para o presidente do CRO-DF, Orlando Ayrton de Toledo, "é preciso deter a abertura de novos cursos, para os quais não existe necessidade social." Como ele afirma em entrevista nesta edição, "nosso mercado de trabalho já não suporta o número excessivo de graduados todos os semestres." De fato: a cada seis meses são lançados no

mercado cerca de 6 mil recém-formados. Número não confirmado pelo Jornal do CFO, o que significa que ainda pode ser maior.

Se pensarmos que somente 2,5 milhões de brasileiros utilizam planos odontológicos privados (dados do Ministério da Saúde), e que o sistema público atende, na área da saúde bucal, cerca de 50 milhões de cidadãos, se tanto (lembrem-se, somos 170 milhões de bocas), fica impossível discordar do secretário geral do CFO, Marcos Santana. Ele costuma dizer que enquanto o estudante de Odontologia é o "futuro da nação", logo que se forma o cirurgião-dentista se torna um "problema social". Alguém duvida?

Subdentistas, não!

Arquivo CRO-DF



Miguel Nobre, presidente do CFO, fala na audiência pública no MEC

Atuação decisiva da Odontologia força o Conselho Nacional de Educação a rever a criação da profissão de tecnólogo de nível superior na área de saúde

A Odontologia brasileira está prestes a obter mais uma vitória. A pressão da classe, capitaneada pelo CFO com os representantes das demais áreas da saúde, foi decisiva para bloquear a criação de uma nova profissão: o tecnólogo de nível superior na área de saúde. Após Audiência Pública Nacional no Ministério da Educação, no dia 1º de agosto, da qual participaram o CFO, diversos CROs, ABO, Abeno, FIO e FNO, a coordenadora geral de capacitação tecnológica do Conselho Nacional de Educação (CNE), Andréa de Faria Barros Andrade, garantiu à representante do CFO no Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Saúde, Graciara Matos de Azevedo, que na nova proposta as ações próprias das profissões da saúde serão preservadas.

Para o presidente do CFO, Miguel Nobre, a instituição da nova categoria "estimularia a formação de 'subdentistas', que não atenderiam às necessidades da população" – além de saturar ainda mais um mercado que já recebe, anualmente, cerca de 13

mil novos profissionais. A relação CD/nº de habitantes no Brasil é de 1/965, um dos melhores índices do mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde. No entanto, a ausência de programas de saúde bucal voltados para o atendimento básico nega a cerca de 100 milhões de brasileiros o acesso ao tratamento dentário sem falar da má distribuição de CDs e baixa remuneração.

Audiência Pública

Na Audiência Pública, o CFO posicionou-se contrário à criação da profissão de tecnólogo de saúde de nível superior. A nova profissão acabaria por invadir as atividades profissionais hoje já consolidadas não só na Odontologia, mas também na Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, entre outras. Segundo Andréa, o documento focalizará as interfaces do ensino tecnológico, tais como informática, operacionalidade de aparelhos de alta resolução, radiologia e outros. Por outro lado, é dado como certa a não inclusão do tecnólogo de prótese dentária, como chegou a ser cogitado – e veementemente rechaçado pelo CFO.

O ministério comprometeu-se a divulgar a íntegra do documento no dia 14/8, através de sua página na internet. Porém, até o fechamento desta edição, o texto com a definição das diretrizes curriculares dos tecnólogos de nível superior não havia sido disponibilizado.

A vigilância do CFO para impedir o aviltamento da profissão ainda não terminou.

Ao assinar um contrato de convênio, verifique se a empresa está cadastrada em seu CRO

Anísio Lima da Silva presidente do CRO-MS

Anísio Lima da Silva, presidente do CRO-MS, assumiu o cargo pela primeira vez em agosto de 2000, substituindo Ailton Diogo Rodrigues, vice-presidente do CFO. Professor da UFMS, radiologista e estomatologista, desde março de 2001 atua pela integração dos diversos municípios do MS.

Fotos Vanor Correia



acreditando nisso, estão indo para o Paraguai ou Bolívia para, depois de obter o diploma pelas universidades de lá, virem trabalhar no Brasil. Tenho visitado diversas cidades fronteiriças, fazendo palestras para esclarecer os colegas, mostrando nossa preocupação, explicando que algumas das notícias divulgadas não correspondem à realidade. Para um estrangeiro vir trabalhar no Brasil, seja qual for a profissão, ele precisa: 1) revalidar seu diploma junto ao Ministério da Educação; 2) inscrever-se no órgão de classe – no nosso caso, o CRO. Nossa preocupação é esclarecer a população e tranquilizar os CDs do nosso estado. As pessoas podem se iludir. Precisamos estar atentos ao acordo do Mercosul.

Nos últimos anos, o perfil da Odontologia tem transitado do modelo curativo para o preventivo. Há alguma campanha do CRO-MS nesse sentido?

Estamos fazendo um levantamento para conhecer o perfil do cirurgião-dentista no estado, avaliar seus conhecimentos sobre prevenção, onde trabalha majoritariamente – clínicas, consultórios, hospital público. Essa pesquisa foi indicação do CFO, e dentro de 60 dias esperamos ter o resultado para encaminharmos à diretoria do Conselho.

O MS faz fronteira com Bolívia e Paraguai. Como o sr. vê a questão do Mercosul?

Vemos essa questão com muita preocupação. Há dois anos, uma universidade paraguaia alardeou que, com a assinatura do acordo do Mercosul, os cirurgiões-dentistas formados naquela universidade viriam todos trabalhar no MS. Não é verdade, primeiro porque o acordo ainda não está pronto, e segundo porque não deve ser assim o procedimento em relação ao trânsito de profissionais. Alguns estudantes brasileiros,

Como a classe deve atuar então?

Precisamos reforçar a atuação dos conselhos. O acordo do Mercosul tem que continuar exigindo a inscrição nos CROs, e temos que atuar junto ao MEC para que a exigência de revalidação do diploma continue. Apenas o Brasil tem os conselhos de classe para fiscalizar o exercício da Odontologia. É interessante reforçarmos nosso papel fiscalizador. Quero deixar claro que não sou contra novos profissionais estrangeiros. Mas é preciso algumas exigências, pois esses profissionais são formados para atuar em outras realidades que não a nossa.

Quais foram as principais ações realizadas em seu mandato?

Implementamos a Campanha nacional de prevenção contra o Câncer de Boca, e até o dia 25 de outubro deste ano teremos atingido todos os municípios. Voltamos nossas ações para o interior do estado, dando segmento ao Programa de Educação Continuada. Além das palestras para CDs, que já existiam, depois da nossa gestão incluímos um profissional para palestrar para a comunidade e outro para as profissões auxiliares.

Ben Hur Godolphim, presidente do CRO-RS

No exercício de seu segundo mandato, Ben Hur Godolphim, presidente do CRO-RS, tem tradição na política odontológica. Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgiões-Dentistas (Sobracid), especialista em Ortodontia, já presidiu também a Sociedade Brasileira de Correções Odonto-Maxilares (Sobracom). É, hoje, um dos entusiastas da gestão do colega gaúcho Miguel Nobre.



Um dos participantes deste painel, o pres. do CRO-CE, Moacir Tavares Filho, defende a eleição de experiências de êxito, como a do CRO-RS, visando sua aplicação em todo o país. O sr. poderia falar sobre esta experiência?

Os processos administrativos por infração à lei estão sendo aplicados principalmente contra operadoras de planos de saúde, irregulares ou não, que tenham sistematicamente infringido as leis da Odontologia, que era algo que não se fazia antes. E que hoje é uma forma de coibir os abusos que já estavam se perpetuando, desprestigiando nossa profissão.

Quais as principais ações de sua primeira gestão?

No campo administrativo, reorganização da sede, dotando salas para cada um dos diretores e conselheiros presidentes de comissões. Adquirimos arquivos modernos de alta capacidade e rede de computadores interligada com o CFO. Criamos o Comitê das Entidades da Classe Odontológica, que reúne todas as correntes e especialidades da Odontologia para planejar e executar ações comuns de promoções de saúde bucal; a interiorização do Conselho, com a fundação de 22 Delegacias Regionais com a presença de Plenária Completa em cada Sede Regional. Por fim, no campo político, tivemos presença ativa junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado.

Durante o 2º FISO, o painel "Experiências de fiscalização dos CROs" discutiu a uniformização de certos procedimentos fiscalizadores já consagrados pela prática dos CROs. Que procedimentos seriam estes?

Um procedimento importante foi o processo administrativo por infração à lei conforme prescreve o Decreto 68704/71, o qual permite um rito sumário, onde a partir de uma notificação, com o prazo de adequação, segue-se um auto de atuação e a conseqüente abertura de processo administrativo por infração à lei, com a designação de um relator e abertura do prazo de 10 dias para defesa, após o que está pronto para ser julgado sem a presença do denunciado, desde que a infração não seja ética.

O Planalto no caminho da Odontologia



Luiz Inácio Lula da Silva
(PT-PL-PCdoB-PCB-PMN)

A política de alianças tem sido um tema bastante explorado nesta campanha. Como o sr. encara uma aliança com a categoria odontológica, tendo em vista que mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao atendimento dentário?

A Odontologia é uma das áreas mais vitais e menos valorizadas do sistema brasileiro de saúde pública. Para reverter esse processo perverso, que deixa sem atendimento um número provavelmente superior a 100 milhões de pessoas, precisamos investir muito mais no SUS (Sistema Único de Saúde), não só em equipamentos mas também na contratação de profissionais. Nesse sentido, faremos valer o projeto de lei que em breve tornará obrigatório o atendimento odontológico no SUS. Contamos com a participação das entidades representativas da categoria que, a exemplo do Conselho Federal de Odontologia, têm sido um exemplo de luta pelos direitos desses profissionais e, sobretudo, pela saúde do nosso povo.

Apesar de sua alta incidência, o câncer de boca ainda não foi alvo de uma campanha federal, a exemplo de outros tipos de câncer. Não seria a hora de lançar uma campanha nacional, levando-se em conta que só no ano passado 3.500 pessoas foram vítimas fatais deste câncer no Brasil?

O Ministério da Saúde já possui hoje números que justificam o lançamento de uma campanha mais agressiva de combate ao câncer de boca. Não se pode admitir um número tão alto de mortes causadas por uma doença que, em muitos casos, poderia ser evitada a partir do auto-exame e da higiene bucal. Além disso, esse tipo de câncer não mutila somente uma parte do corpo, mutila também a capacidade de sorrir.

E o sorriso é parte da nossa dignidade, da nossa auto-estima.

Em nosso governo, manteremos um fórum aberto com os conselhos de saúde para ouvir as reivindicações mais urgentes de cada profissão. A equipe responsável pelo programa de saúde de nosso governo acredita que se investirmos na prevenção poderemos economizar muito a médio prazo, tanto em vidas humanas como em dinheiro público, que poderá ser reinvestido em melhorias na rede de saúde.

Como o sr. vê a iminente aprovação do projeto de lei que torna obrigatório o atendimento odontológico na rede do SUS?

Estamos certos de que o SUS será um grande aliado para reduzir o grave problema do baixo índice de atendimento odontológico. No entanto, essa ação só terá sucesso se contar com um incentivo à interiorização de profissionais, numa ampla ação entre governos federal, estadual e municipal. Não descartamos, também, a elaboração de programas específicos para cada profissão de saúde. Vemos as entidades representativas do setor como fortes aliadas na formulação de uma política específica de incentivo à interiorização.

O Ministério da Saúde sugere e incentiva a implantação de uma equipe de saúde bucal para cada duas do PSF. Tendo em vista a carência por atendimento odontológico e a sua importância para a saúde geral e auto-estima do cidadão, como o sr. planeja alcançar a meta de um CD para cada equipe do PSF?

Consideramos desequilibrada a relação de uma equipe de saúde bucal para duas de PSF. Mas entendemos que a correção terá que ser processual, seguindo uma evolução natural. Dentro do mandato, buscaremos equilibrar essa relação.

O sr. poderia apresentar, em linhas gerais, a sua proposta para a Saúde, e em especial a Saúde Bucal?

Vai ser preciso investir muito em saúde. É impressionante a quantidade de gente que não pode pagar um plano de saúde privado e padece no sistema público, que foi abandonado. Além disso, a população hoje está preocupada com epidemias que já tinham sido erradicadas, como a dengue.

Nossa proposta é garantir o acesso universal e integral às ações e serviços de saúde. Vamos reorganizar do Ministério da Saúde, que hoje está excessiva-

mente centralizado, com as decisões vindo de cima para baixo. Queremos criar uma estrutura mais horizontal, democrática, capaz de unificar as diversas áreas que hoje concorrem entre si e reduzem a eficiência do conjunto. Uma estrutura enxuta, com forte capacidade de administrar e monitorar o sistema de saúde em todo o país. E aí vai ser muito importante a cooperação com os estados e municípios, porque o Ministério formulará políticas e as submeterá ao controle social. Aos poucos, também vamos reverter os malefícios causados à população pela atual política de privatização e de terceirização dos serviços públicos. Queremos, em vez disso, estimular a ampliação da capacidade já instalada, principalmente dos municípios, por meio de ações de cooperação com o governo federal. Também vamos dar atenção especial a políticas sociais preventivas, investindo no saneamento básico e no combate à desnutrição infantil. Para isso, vamos estimular a participação da sociedade, respeitar o controle social dos Conselhos de Saúde, que não têm recebido estímulo nem capacitação técnica adequada nesse governo. Vamos nos empenhar para que as conferências de saúde sejam realizadas regularmente para poder discutir e decidir orientação das políticas setoriais. Como já afirmei, nesse contexto toda a atenção será dada à saúde bucal.



Marcelo Pinto
(PPS-PTB-PDT)

A política de alianças tem sido um tema bastante explorado nesta campanha. Como o sr. encara uma aliança com a categoria odontológica, tendo em vista que mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao atendimento dentário?

Nós estamos recebendo inúmeras sugestões e contribuições para o nosso programa de governo, e agradecemos ao Conselho Federal de Odontologia pelas

Foi-se o tempo em que a participação da Odontologia em uma campanha eleitoral resumia-se às famosas "doações" de dentaduras. Práticas criminosas como essa podem ainda persistir, mas a maioria da população já sabe que a saúde bucal, assim como o voto, não é mercadoria. É um direito garantido pela Constituição.

Buscando servir como interlocutor dos cerca de 200 mil profissionais distribuídos pelo país, o Jornal do Conselho Federal de Odontologia entrou em contato com os quatro principais candidatos à Presidência da República. A cada um dirigiu perguntas idênticas. Assim, o leitor poderá avaliar a capacidade de articulação e as propostas de cada equipe.

Quem receber a faixa presidencial em 2003 receberá também o desafio de dirigir um país com uma das cinco piores distribuições de renda do planeta e um déficit absurdo nas áreas de Educação, Moradia e Saúde – nesse último caso, com triste destaque para a Odontologia.

MARCELO PINTO

contribuições, sugestões, perguntas e oportunidades de diálogo sobre a questão odontológica. Cabe ressaltar que um programa de governo não pode, nem deve, chegar a detalhes de propostas em nível muito específico. Uma campanha eleitoral é mais para ouvir os anseios da população e dos grupos que a servem do que para vir com propostas prontas e acabadas. O presidente tem que se ocupar das prioridades, das questões de governo, das orientações setoriais, e ser capaz de escolher ministros que vão cuidar das questões próprias de cada pasta.

Apesar de sua alta incidência, o câncer de boca ainda não foi alvo de uma campanha do governo federal, a exemplo de outros tipos de câncer. Não seria a hora de lançar uma campanha nacional, levando-se em conta que, só no ano passado, 3.500 pessoas foram vítimas fatais deste câncer no Brasil?

No que se refere às campanhas, existem diversas correntes – umas favoráveis, outras contrárias à ação direta do Ministério. Alguns dizem que o Ministério deve se concentrar em política, deixando a implementação aos níveis hierárquicos inferiores. O importante é que idéias como, por exemplo, as apresentadas pelo Conselho relativas à prevenção do câncer de boca, sejam incorporadas nas estratégias de atuação do Sistema SUS.

Como o sr. vê a iminente aprovação do projeto de lei que torna obrigatório o atendimento odontológico na rede do SUS?

Reafirmamos nossa fidelidade aos princípios do SUS, e sobretudo aos princípios da hierarquização e da descentralização. Reafirmamos também nosso ideal de progressivamente estender o atendimento primário a todas as famílias brasileiras, que terão o portão de entrada nos programas de atendimento comunitário, familiar (PSF) ou local, através de um sistema de elevado nível de resolubilidade. Além disso, os planos de saúde serão mais controlados de forma a assegurar qualidade de atendimento e proteção ao consumidor.

O Ministério da Saúde sugere e incentiva a implantação de uma equipe de saúde bucal para cada duas do PSF. Tendo em vista a carência por atendimento odontológico e a sua importância para a saúde geral e auto-estima do cidadão, como o sr. planeja alcançar a meta de um CD para cada equipe do PSF?

Nossa meta é de no mínimo dobrar o número de equipes durante os próximos quatro anos, atingindo mais de 50 milhões de novos participantes.

O sr. poderia apresentar, em linhas gerais, a sua proposta para a Saúde, e em especial para a

Saúde Bucal? Nesse setor, o que precisa melhorar?

Com relação à saúde bucal, reconhecemos que esse setor não vem merecendo a atenção devida – embora existam experiências bem sucedidas em diversos pontos do país. As questões de âmbito nacional serão tratadas com afinco pelo Ministério, relativas às endemias, no limite do possível, para a produção de insumos básicos, hemodinâmicos e outros produtos essenciais.



José Serra
(PSDB-PMDB)

A política de alianças tem sido um tema bastante explorado nesta campanha. Como o sr. encara uma aliança com a categoria odontológica, tendo em vista que mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao atendimento dentário?

É preciso rever os números apresentados. O último censo do IBGE falava em 29 milhões de brasileiros sem acesso ao atendimento odontológico. Por isso, como ministro da Saúde, incluí a odontologia no PSF. Iniciamos o trabalho do projeto SB 2000 – que é um levantamento epidemiológico que vai caracterizar a prevalência das principais doenças bucais e quais as necessidades de tratamento na população em geral. Serão 200 mil pessoas, de todas as faixas etárias, examinadas nas cinco regiões do país, até o final deste ano. Nós definimos este projeto e repassamos os recursos para que a execução fosse operacionalizada através da ABO.

Apesar de sua alta incidência, o câncer de boca ainda não foi alvo de uma campanha federal, a exemplo de outros tipos de câncer. Não seria a hora de lançar uma campanha nacional, levando-se em conta que só no ano passado 3.500 pessoas foram vítimas fatais deste câncer no Brasil?

No Ministério da Saúde fizemos uma ação fundamental que contribui para prevenir o câncer de boca, que foi a campanha antitabagismo. Muita gente ainda não sabia que o hábito de fumar, além de provocar câncer de pulmão, é o maior fator de risco para o câncer de boca.

Eu assumo o compromisso de realizar, com a parceria de toda categoria odontológica, uma campanha nacional para fortalecer as ações preventivas. A população precisa ser informada e ter garantia de que, se precisar, vai ter acesso ao seu dentista.

Como o sr. vê a iminente aprovação do projeto de lei que torna obrigatório o atendimento odontológico na rede do SUS?

Entendo que o atendimento odontológico já é obrigatório desde a constituição de 88, com a implantação do SUS. Nós avançamos muito na ampliação do acesso aos serviços de saúde, desde os serviços de atenção básica até nos serviços de alta complexidade. Mas na saúde bucal, ainda precisamos avançar mais. Por isso precisamos continuar o que já começamos: ampliar as equipes de saúde bucal no PSF e garantir os atendimentos especializados nos centros de referência. Também precisamos garantir que alguns hospitais possuam a estrutura de atendimento odontológico para o atendimento de casos especiais.

O Ministério da Saúde sugere e incentiva a implantação de uma equipe de saúde bucal para cada duas do PSF. Tendo em vista a carência por atendimento odontológico e a sua importância para a saúde geral e auto-estima do cidadão, como o sr. planeja alcançar a meta de um CD para cada equipe do PSF?

A incorporação de uma equipe de saúde bucal para duas equipes de saúde da família já foi um ganho muito grande, porque já permitiu garantir o acesso para muita gente que nunca tinha ido ao dentista. A saúde bucal possui níveis de complexidade que vão da assistência básica até a assistência especializada, e em todos eles os profissionais devem conjugar ações educativas e preventivas com ações assistenciais e curativas.

Também precisamos e vamos conseguir a integralidade na assistência odontológica. Será prioridade a organização dos serviços de referência para atendimento dos problemas que exigem tra-

tamento através de especialistas. Para isso apoiarei a instalação de centros de referência especializada em saúde bucal. Estes centros serão consultórios odontológicos que funcionarão com diferentes especialistas e estarão regionalizados, servindo como referência para um determinado número de equipes de saúde bucal do PSF.

O sr. poderia apresentar, em linhas gerais, a sua proposta para a Saúde, e em especial para a Saúde Bucal?

Triplicaremos a cobertura do PSF, que representa praticamente a universalização do atendimento. Ampliaremos a capacidade do atendimento do SUS, criando um Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos de Saúde. Criaremos o auxílio-medicamento para a compra subsidiada de alguns remédios de uso continuado. Na minha gestão vou destacar a saúde bucal como área prioritária na regionalização dos serviços de saúde. Para isso eu preciso do apoio das entidades de classe, das universidades e de toda categoria odontológica.

Com estas medidas, ampliaremos as possibilidades de emprego para os dentistas e seus auxiliares. Isso significará mais 30 mil empregos públicos diretos na área odontológica, além de uma ampliação significativa nas áreas que empregam os especialistas e nas áreas de apoio, como técnicos de prótese dentária e técnicos de manutenção de equipamentos odontológicos.



Garotinho
(PSB)

Mesmo após inúmeras tentativas da equipe do Jornal do CFO, a assessoria do candidato deixou sem resposta as perguntas e sem qualquer explicação oficial.

Passando a limpo

foto Vanor Correia



Cláudio Fontes, presidente do CRO-SC, que sediará a 3ª Coneo

Em dezembro, 3ª Coneo vai reunir a classe odontológica em Santa Catarina para reformular seu Código de Ética

A Odontologia vai fechar o ano em ritmo de renovação. Entre 11 e 14 de dezembro, a classe estará reunida na 3ª Coneo (Conferência Nacional de Ética Odontológica), no Costão do Santinho (SC), a 40Km do centro de Florianópolis, para rever o Código de Ética da profissão. Organizada em parceria pelo CFO e CRO-SC, a 3ª Coneo deve promover uma verdadeira revolução na Odontologia, no que diz respeito às questões legais. “O Dr. Miguel Nobre fez em um ano o que não fizemos em 10, em termos de legislação. É um homem muito corajoso”, elogia Cláudio Fontes, presidente do CRO-SC.

Estarão presentes à 3ª Coneo presidentes de CROs, ABOs, entidades de classe, representantes dos planos de saúde, professores universitários, entre outros. Para o presidente do CRO-SC, a classe precisa mesmo rever seu código de ética. “A conferência é extremamente oportuna. O Código do Consumidor, por exemplo, tem força de lei, e portanto está acima do nosso Código de Ética, que é um código de posturas. Segundo o código do consumidor, prestadores de serviço têm que anunciar seus preços. Nosso Código de Ética diz que não. Quer dizer, nesse caso ser ético é desrespeitar a lei?”, questiona.

A César o que é de César

Sem querer polemizar, e já polemizando, Fontes vai mais além, e aponta a necessidade da classe odontológica procurar informações junto a outras categorias e não ficar fechada em si mesma. “Vamos ter que buscar um profissional de marketing, por exemplo, para esclarecer a votação do capítulo de propaganda. Temos que escutar as

outras profissões. Não adianta criarmos um Código de Ética cujos processos e sanções éticas possam ser derrubadas pela justiça, por exemplo. E quem sabe como fazer isso são os advogados, não nós. Não podemos querer ser ‘adventistas’, ou dentistas que pensam que são advogados”, ironiza.

Faculdades devem priorizar o tema

Está nos planos da organização convidar professores de Ética Odontológica e Odontologia Legal. “As universidades precisam ensinar ética na prática, dar noções de marketing, avaliação de custos”, pondera Fontes. Para ele, seria mais fácil lidar com a discussão se os profissionais tomassem contato com ela ainda no período de formação. “Consertar o profissional depois de formado é mais difícil. O cara tem que se formar sabendo lidar com os múltiplos aspectos da sua profissão, não pode ser apenas um técnico, um especialista apenas em questões pontuais”, critica.

Ética acima de tudo

A formação deficiente pode inclusive gerar outros problemas – em relação aos aspectos da Bioética, por exemplo. O uso indiscriminado de novas resinas e outros materiais que estão entrando no mercado reflete a pouca preocupação das faculdades com a pesquisa. “É preciso fazer uma análise longitudinal do uso desses materiais antes de difundi-los. O ser humano não pode ser cobaia”, reclama Fontes.

Ainda durante o 2º Fiso, o CRO-SC foi escolhido como responsável pela organização da 3ª Coneo. Desde então, enviou a todos os CROs uma proposta de mudança do Código de Ética, elaborada por sua procuradoria jurídica. “Um pequeno esboço”, insiste o presidente do CRO-SC, “uma sugestão para começar o debate”. “Queremos um código de ética bonito e contemporâneo, que honre a classe. E os CDs terão que sabê-lo de cor”, finaliza.

VITOR FRAGA

Outair Bastazini presidente do CRO-RJ

Seu mandato começou em março de 2001, com a principal missão de unir a classe no estado. Após um ano e meio de gestão, Outair Bastazini, presidente do CRO-RJ, considera-se um homem com o dever cumprido. Ortodontista com vasta experiência como docente, professor e coordenador de diversas faculdades, há 14 anos iniciou sua trajetória dentro da política de classe.

foto Vanor Correia



Depois de um início de mandato com algumas indefinições políticas, como está o CRO-RJ hoje?

Eu posso dizer hoje, passados um ano e meio, que nós conseguimos, com o grupo de composição que tínhamos nas mãos, construir um equilíbrio de atuação entre os profissionais que compõem a plenária. Temos um relacionamento extremamente amigável e afetivo com todas as entidades, espelhados no exemplo do CFO.

O sr. foi presidente da Comissão de Ética do CRO-RJ durante cinco anos. Qual sua expectativa em relação à 3ª Coneo, que acontece em dezembro, em SC, e como o sr. analisa o Código de Ética Odontológica atualmente?

Estamos providenciando a realização de uma Assembléia Estadual pré-Coneo, que será no dia 25 de outubro. Vamos comemorar o dia do CD aqui na sede do conselho, discutindo nosso Código de Ética. Estamos nos cercando de profissionais com experiência nessa área, para poder-

mos analisar o código. O que temos observado é uma mudança muito grande na área do marketing, e uma evolução nos meios de comunicação, com a internet e as novas tecnologias. Não sei como nós poderemos controlar isso, é o que precisamos discutir.

Estamos em ano de eleições. O que o sr. espera dos próximos governos estadual e federal?

O sr. acredita que haverá investimentos em saúde bucal no PSF, por exemplo?

Para ser sincero, as perspectivas não são otimistas. No PSF, que acompanho desde o lançamento, até agora só tivemos promessas – e vários problemas. Encaminhamos recentemente ao Ministério Público a denúncia de que em um município do Rio de Janeiro, cujo nome prefiro omitir por questões de sigilo jurídico, o trabalho do PSF não respeitava as normas de biossegurança, o valor pago era infinitamente menor que o previsto. Eu espero que os governantes cumpram o que foi determinado pelo Ministério da Saúde, o que até agora não tem sido. Nós estaremos atentos, cobrando.

Quais as principais ações da sua gestão?

A atuação do conselho tem sido pacificadora com as entidades de classe. E com relação aos colegas, que nos viam como uma entidade punitiva que nada oferecia em troca, podemos afirmar que não é mais assim. Os colegas entendem que estamos do lado deles em todas as situações. O trabalho tem sido árduo, mas o resultado, muito positivo. Por isso eu estarei compondo a chapa que concorre à reeleição, no pleito marcado para o dia 26 de novembro.

CFO e Dabi Atlante discutem parceria

Para discutir parcerias em futuros eventos do CFO, o tesoureiro Lester de Menezes e o vice-presidente da entidade, Ailton Rodrigues, visitaram, no dia 29 de agosto, a fábrica da Dabi Atlante, em Ribeirão Preto (SP). Recebidos pelo

diretor superintendente da Dabi e presidente da Abimo, José Miranda da Cruz Neto, eles conversaram sobre a possibilidade de uma maior aproximação da empresa com o CFO para tratar de assuntos relevantes para a classe odontológica.

Sônia Dantas se despede da ATSB



Sônia Dantas – na foto, ao lado da diretoria do CFO, em evento no CRO-RJ – não é mais coordenadora da Área Técnica de Saúde Bucal (ATSB) do Ministério da Saúde. O cirurgião-dentista Antônio Dercy Silveira Filho, do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Políticas da Saúde, é o novo responsável pelo setor, que define as diretrizes em saúde bucal do SUS (Sistema Único de Saúde).

Sônia Dantas ocupava o cargo desde 1995 – praticamente todo o período dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso – e considerou “normal” sua saída.

Ao assumir o cargo, Antônio declarou que o censo continuará como prioridade.

O CFO torce para que, além do SB2000, ele possa cumprir a missão de equiparar as Equipes de Saúde Bucal às do PSF.

CFO recebe diretores do Colégio Brasileiro de CTBMF

No dia 30 de agosto, os diretores do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais foram recebidos na sede do CFO por sua diretoria. Entre os assuntos tratados no encontro estavam a divulgação da residência odontológica na área de cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais, cuja resolução conta com o apoio destes especialistas, e realização de uma reunião com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS) para tratar da questão da interação do paciente por parte do cirurgião-dentista.

Plantão odontológico em hospitais

A Resolução CFO 24/2002, promulgada pelo CFO em 26/04/02, normatizou a participação de CDs nos plantões hospitalares 24h. A medida visa

esclarecer a importância do trabalho dos CDs, especialmente dos especialistas em cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais (CTBMF) em casos de emergência, como acidentes e traumatismos, procedimentos bastante comuns nesses plantões. Algumas lesões e alterações buco-maxilo-faciais podem até oferecer risco de vida, o que reforça a relevância da portaria. “A população será, sem dúvida, a maior beneficiada”, afirmou Ailton Diogo Rodrigues, vice-presidente do CFO.

Dando o exemplo

O CRO-SE realiza em setembro debate com os candidatos ao governo de Sergipe. O objetivo é dar oportunidade aos candidatos de detalharem melhor aos cirurgiões-dentistas suas propostas para a área da Saúde.

CROs promovem vacinação



Entre 16 e 20 de setembro, o CRO-PE promove vacinação contra hepatite, difteria, tétano e dupla-viral. A campanha, como informa o presidente do CRO, José Thadeu Pinheiro (foto), vai abranger todo o estado e deve atender cerca de seis mil pessoas.

Já o CRO-SP vacinou, no dia 17 de agosto, CDs, profissionais auxiliares e os cônjuges, através de 154 postos em todo o estado e 46 faculdades.

Novas especialidades

Está no final o prazo para inscrição nas novas especialidades Disfunção têmporo-mandibular e dor oro-facial, Ortopedia funcional dos maxilares, Odontologia do trabalho, Odontogeriatría ou Odontologia para pacientes com necessidades especiais. Se você exerce ou pretende exercer uma delas, acesse o quanto antes www.cfo.org.br e garanta sua inscrição.

Odontologia para todos

Desde seu primeiro mandato, Laércio Villela Barros imprimiu ao CRO-ES uma atuação marcada por intensas ações políticas e institucionais. Projetos que nasceram no ES tornaram-se leis federais, como o Dia Nacional da Saúde Bucal e a obrigatoriedade do atendimento odontológico no SUS, apresentados pelo deputado federal Ricardo Ferraço (PPS-ES). Foi criado o CRO itinerante que, visitando vários municípios, reuniu lideranças da Odontologia e líderes comunitários, propiciando ao CRO-ES uma capacidade de articulação política muito grande. “Deixamos de ser vistos como lideranças de uma classe corporativista. Fo-



Laércio Villela, pres. CRO-ES

mos reconhecidos como líderes e representantes sociais, capazes de influir na sociedade”, afirma Villela.

A atual gestão (2001/2003) está sendo marcada pelas ações sociais. O CRO-ES incorporou a idéia de envolver toda a classe com os graves pro-

blemas sociais, principalmente aqueles ligados à saúde. Assim, em todos cursos oferecidos pelo conselho foi escolhida uma entidade filantrópica para ser beneficiada com doações dos colegas. “Hoje podemos afirmar que com nosso trabalho a Odontologia capixaba está inserida na sociedade e não à margem dela”, analisa Villela.

FOCO PARLAMENTAR

Indenização por erro odontológico

O deputado federal Darcisio Perondi (PMDB-RS) prometeu incluir a Odontologia no PL 6659/02 (de sua autoria), que fixa teto para indenizações por erro médico. O projeto, que está tramitando na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), terá como relator o deputado federal Ursicino Queiroz (PFL-BA). Após a alteração, o teor do PL 6659 será “fixar como teto mínimo de indenizações provocadas por erro médico ou erro odontológico o valor de 100 (cem) salários mínimos ou 5 (cinco) vezes o valor do tratamento”.

Aliada atuante

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), autora da Emenda Constitucional 30/00 (duplo vínculo), foi eleita recentemente a parlamentar mais atuante do Rio de Janeiro. Com quatro projetos aprovados em 18 meses, entre eles a emenda do duplo vínculo, a deputada é a única mulher na lista dos oito mais populares do estado.

Segundo a pesquisa, divulgada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Jandira está entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso – lista na qual figura há cinco anos consecutivos. O CFO orgulha-se em ter uma aliada que é um exemplo de atuação parlamentar em prol da saúde da população.

Recesso forçado em Brasília

O Congresso Nacional está em recesso não-oficial. Apesar do período legislativo estar em pleno curso, a maioria dos 513 deputados e 81

senadores está envolvida na campanha eleitoral. Com isso, os projetos em tramitação ficam relegados a segundo plano, seja pela falta de quorum para votação, seja pelo fato de que não interessa ao Congresso sofrer desgastes junto a aliados e opinião pública às vésperas do pleito. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), que esteve presente na 2ª Aneia Senado em entrevista à Agência Senado que essa situação deve continuar também após as eleições, já que vários parlamentares não se reelegem e acabam perdendo o interesse pelo trabalho legislativo.

Reeleições 2002

Segundo números do TSE, mais de 80% dos deputados são candidatos à reeleição. Em Sergipe e Mato Grosso, por exemplo, 100% dos deputados querem continuar em Brasília. Um dos motivos que dificulta a renovação é o alto custo das campanhas, cujas cifras variam de R\$ 500 mil a R\$ 5 milhões.

Em time que está ganhando...

O índice de renovação no Congresso Nacional nas eleições deste ano, portanto, não deve ser muito alto. Para o CFO, isso significa a continuidade do trabalho de parceria com o Legislativo, que vem rendendo frutos para a classe – um exemplo é a aprovação da emenda do duplo vínculo.

Nos últimos eventos do CFO, a presença de diversos parlamentares atesta o estágio de maturidade política da classe. Conselhos Regionais vêm dando exemplo de que é nas articulações regionais que se semeia o futuro político da Odontologia.

VI Congresso Brasileiro de Odontologia Legal

8 a 12 de outubro de 2002
Porto Alegre - RS
Tema Central: "Ciências Forenses e Direitos Humanos"
www.sol-odontolegal.com.br/forense2002

12º Congresso Internacional de Odontologia de Goiás

27 de setembro a 1º de outubro de 2002
Goiânia - GO
Tema Oficial: "Odontologia: Ciência, Tecnologia e Realidade Social"
Informações: (62) 287-1119
Fax: (62) 287-1119
E-mail: abo@abo-go.com.br

XII Congresso Internacional de Odontologia da Bahia

25 a 29 de outubro de 2002
Salvador - BA
Informações:
(71) 359-4066/358-2718

V Congresso Brasileiro de Homeopatia em Odontologia

28 a 30 de novembro de 2002
Gramado - RS
Informações e Inscrições:
(51) 32496164/33843280
E-mail: odontohomeopatia@prixeventos.com.br

Atualize o seu endereço junto ao CFO

Banco de dentes em favor da ética

Professora da PUC-PR propõe a criação de banco de dentes para coibir o comércio ilegal

Em ambientes universitários, o comércio de dentes é um fato já comprovado, ainda que ilegal. No Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de 70% dos alunos de graduação e pós-graduação em Odontologia compram dentes para seus estudos pré-clínicos. Consultórios profissionais, onde as doações não são registradas de acordo com as determinações legais, são os fornecedores mais comuns dos estudantes. No entanto, cemitérios e ossuários também são fontes usuais. Para coibir esta prática ilegal, a professora de Odontologia da PUC-PR, Érica Lopes Ferreira, sugere a criação de bancos de dentes nas instituições brasileiras de ensino odontológico.

A utilização em pesquisas ou tratamentos de dentes sem a devida legitimação de sua doação e o comércio de dentes são considerados crimes de acordo com a lei federal 9434/97, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do

corpo humano para fins de transplante e tratamento. A criação de bancos de dentes nas instituições de ensino parece ser, segundo a professora, "o melhor caminho para atender a legislação vigente referente à pesquisa envolvendo seres humanos e à remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento".

As pesquisas científicas que norteiam o ensino das diferentes áreas da Odontologia estão condicionadas à existência de dentes naturais oficialmente doados. "O banco de dentes organiza e facilita a doação destes órgãos, o que formaliza suas origens, criando condições ideais para aprovação dos projetos de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde", argumenta Érica.

Segundo o Código de Ética Odontológica, o não cumprimento das legislações que regulam a utilização do cadáver para estudo ou exercício de técnicas cirúrgicas e os transplantes de órgãos e tecidos é considerado infração ética. O seu autor está sujeito, portanto, às penalidades previstas no código, que vão desde a simples advertência confidencial à cassação do exercício profissional.

Fala, especialista

Mariangela Matos, presidente da **ABOPREV**

A **ABOPREV**, agora Associação Brasileira de Odontologia e Promoção de Saúde, decidiu investir na capacitação para que a população atue na melhoria da própria saúde. Mariangela Matos, presidente da entidade, discute os rumos de uma nova Odontologia.

De que forma a implantação do Programa Saúde da Família pode ajudar na consolidação da Odontologia preventiva no Brasil?

As faculdades serão obrigadas a formar profissionais que também tenham perfil para essa nova demanda. Ou seja, dentistas capazes de trabalhar em

equipes multiprofissionais; de se comunicar com as famílias com as quais vão interagir, respeitando suas condições sociais, econômicas e culturais; capazes de compreender seu papel como promotores de saúde, o que não se restringe a poucas orientações para o autocuidado e aplicação de métodos preventivos como o flúor.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, cada dólar americano aplicado em prevenção odontológica evita o gasto de US\$35 em tratamentos futuros. Com 21 anos de atuação, como a Aboprev avalia os investimentos em Odontologia preventiva no país? Apesar dos avanços alcançados com o Sistema Único de Saúde, o investimento em saúde bucal no Brasil é insuficiente. Desde a criação do PAB (Piso Ambulatorial Básico), tem sido

destinado à Odontologia apenas 13,4% (dados de 1996 e 1997) do total repassado para saúde em cada município.

A recente aprovação de especialidades como Odontologia do Trabalho e Odontogeriatrics é um reflexo do perfil preventivo que a Odontologia tem adotado?

Percebo estas aprovações mais como demandas do mercado de trabalho. Em relação à Odontogeriatrics, por exemplo: o número de idosos no Brasil aumentou de 2 milhões em 1950 para 14 milhões em 2000 e a perspectiva é que chegue a 31 milhões em 2025. Até me arriscaria a inverter a sua colocação: a criação da odontogeriatrics pode dar suporte para a odontologia de promoção de saúde.

Um dos instrumentos usados na manutenção da saúde bucal é a fluoretação da água.

No entanto, 7,2% da água consumida no país (na Região Norte, 38%) não recebe nenhum tipo de tratamento. Além disso, cerca de 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao atendimento dentário. Como exercer uma conduta preventiva em um país com tanta carência, inclusive de informação?

Infelizmente, não estamos conseguindo. Vivenciamos experiências pontuais, com resultados animadores, mas de pouca abrangência. Isto pode ser atribuído a vários fatores, entre eles políticas públicas que, historicamente, não valorizam as questões sociais; dificuldade em implementar métodos preventivos num país extenso e com severos desequilíbrios regionais; e faculdades de Odontologia que continuam formando profissionais voltados para atenção individual, despolitizados, pouco comprometidos com o social.

Conselhos de Saúde levam propostas para o Mercosul

CFO reúne conselhos de saúde para discutir atuação profissional de estrangeiros

Reunindo 13 conselhos federais de saúde, que representam cerca de 1,5 milhão de profissionais, o CFO realizou em sua sede em Brasília, no dia 21 de agosto, o 2º Fórum Mercosul dos Conselhos Federais da Área de Saúde. O fórum foi coordenado pela Comissão Mercosul do CFO, que é presidida pelo conselheiro Mário Ferraro Tourinho Filho e composta também pelos cirurgiões-dentistas Hildeberto Cordeiro Lins e Ricardo Macedo Prates. Coordenador geral das Comissões do CFO, o vice-presidente, Ailton Diogo Rodrigues, dirigiu os trabalhos ao lado do presidente da Comissão Mercosul.

O evento contou com a participação, como palestrantes convidados, de representantes dos ministérios da Saúde (Luiz Sobania), do Trabalho (Sadi Ribeiro Filho), Relações Exteriores (Alberto Luiz Fonseca) e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Maria Helena Atrasas), que falaram sobre aspectos profissionais e comerciais referentes à relação do Brasil com os demais países integrantes do Mercosul, principalmente na questão do visto de trabalho para estrangeiros.

Ao final de cada palestra, era aberto o debate com os representantes dos conselhos. Lúcio Rogério Gomes dos Santos, do Conselho Federal de Educação Física, alertou para o perigo de se baixar a qualidade dos cursos nacionais – no caso de um “currículo mínimo”, com mudanças como a diminuição da carga horária – em nome de um nivelamento com as profissões dos outros países do Mercosul.

Baixo número de imigrantes não descarta preocupação

Segundo o representante do Ministério do Trabalho, o Brasil tem cer-



Mesa coordenadora do evento: pres. Comissão Mercosul, Mário Ferraro Filho (esq.), vice-pres. CFO, Ailton Diogo Rodrigues, e os membros da comissão Ricardo Prates e Hildeberto Lins

ca de 25 mil imigrantes, um número que ainda não assusta. No entanto, admite que o governo federal e os conselhos de saúde precisam estar atentos ao problema. “O Brasil deve crescer em 2003 cerca de 2%, o resto da América Latina não. Logo, quem não puder emigrar para os Estados Unidos irá para o Brasil”, avalia. Sadi Ribeiro citou a lei 6.815, segundo a qual o estrangeiro não pode exercer nenhuma atividade profissional no país sem obter, no prazo de 90 dias, o visto de trabalho. “Os conselhos, como órgãos de fiscalização, devem solicitar ao Ministério do Trabalho a expulsão de estrangeiros que estejam irregulares”, sugeriu Sadi. Além disso, revelou que este Ministério firmou recentemente um convênio com a Polícia Federal que tornará possível saber o dia em que o estrangeiro entrou no Brasil e, desse modo, acompanhar o prazo de três meses para regularização – concedido por dois anos, renovável somente por mais dois anos. Ainda assim, os conselhos presentes levantaram uma questão: “Como fiscalizar um estrangeiro que não está inscrito no conselho?”

Segundo a legislação brasileira, um cirurgião-dentista estrangeiro não pode, simplesmente, entrar no país, montar um consultório e começar a trabalhar. Ele só pode vir

como sócio-investidor ou já com vínculo empregatício.

Profissionais cubanos

Remaclo Fischer, do Conselho Federal de Medicina, salientou que a despeito do Brasil possuir leis que contemplem a atuação profissional de estrangeiros, o alto número de médicos cubanos no país é, hoje, motivo de muita preocupação para o CFM.

Entre os conselhos foi unânime a avaliação de que é preciso desempenhar uma atuação política mais firme, não só junto ao Ministério do Trabalho, como da Justiça e da Educação. “Saúde não é uma mercadoria, que o profissional vende e pronto”, concluiu o vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues.

Conselhos redigem propostas

Após cada conselho apresentar uma síntese de suas últimas ações na área, foi elaborado um documento a ser entregue aos representantes do Governo Federal e candidatos à Presidência da República.

Estiveram presentes os seguintes conselhos federais: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Técnicos em Radiologia.

Propostas do 2º Fórum Mercosul dos Conselhos Federais da Área de Saúde

O 2º Fórum Mercosul dos Conselhos Federais da Área de Saúde reuniu em Brasília, no dia 21 de agosto, na sede do Conselho Federal de Odontologia, os conselhos federais de saúde, representando cerca de 1,5 milhão de profissionais, além de contar com a participação, como palestrantes convidados, de representantes dos ministérios da Saúde, do Trabalho, Relações Exteriores, e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Com base nas discussões suscitadas, os representantes dos conselhos federais recomendam aos atuais e futuros titulares dos Poderes Executivo e Legislativo que contemplem, em suas políticas para o Mercosul, as propostas a seguir:

- Participação efetiva dos conselhos profissionais da área da saúde junto ao Ministério da Educação na discussão das diretrizes curriculares;
- Que o exercício profissional temporário respeite as decisões do Subgrupo de Trabalho do Mercosul – Setor Saúde (SGT 11) e dos conselhos profissionais de saúde;
- Necessidade de proficiência em língua nos países-membros;
- Definição de interlocutores nos países-membros para discussão do exercício profissional;
- Alteração da Portaria 132, de 21/03/2002, do Ministério do Trabalho e do Emprego, que baixa instruções para a autorização de trabalho a estrangeiros, acrescentando ao artigo 3º o seguinte trecho: “quando só então o profissional envolvido poderá exercer a sua profissão.”

Os Conselhos Federais de Saúde de subscritos em anexo, permanentemente reunidos em seu Fórum Mercosul, colocam-se à disposição para os esclarecimentos pertinentes.

Conselhos Federais de: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Técnicos em Radiologia.

foto Décio Santos



Saúde não é mercadoria

Augusto Tadeu Ribeiro
Pres. CRO-SE

A atual crise porque passa a Odontologia, agravada pelo excessivo número de faculdades, escassez de clientes nos consultórios e grande número de colegas desempregados, vem determinando modificações substanciais em nossa profissão. Passamos de profissionais liberais a reféns de planos e seguros de saúde, com remuneração que não condiz com a nossa formação científica e responsabilidade profissional.

Os planos odontológicos estão conquistando dimensões expressivas no Brasil. Já existem dois milhões de brasileiros atendidos por convênios e cooperativas de dentista. Essa realidade divide nossos colegas. A questão é: será que eles servem para você?

Com base nessas preocupações as Entidades Nacionais realizarão o **Fórum Nacional de Convênios e Credenciamentos** no dia 28 de setembro de 2002, na cidade de Goiânia, onde se pretende discutir e elaborar, com todos os segmentos envolvidos, meios que assegurem a nós profissionais exercermos a nossa profissão com dignidade.

O futuro de nossa profissão está inserido na mudança da postura política de nossas Entidades e, essencialmente, na participação e conscientização de nossa classe. Não se omita. Participe.

"A atual crise da Odontologia vem determinando modificações em nossa profissão. Passamos de profissionais liberais a reféns de planos e seguros de saúde"

FALE COM O PRESIDENTE DO CRO-SE E REPRESENTANTE DO CFO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE:
crose@infonet.com.br

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABO (Associação Brasileira de Odontologia) Tel/Fax. (51) 3332-7492
E-mail: abon.voy@zaz.com.br/
Site: www.abonac.org.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico) Tel/Fax. (31) 3232-9286
E-mail: abeno@abeno.br
Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia) Tel/Fax. (21) 2547-8266
E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br
Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia) Tel (21) 2262-0419 - Fax (21) 2533-6703
E-mail: cfo@cfo.org.br/
Site: www.cfo.org.br

FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas): Tel (62) 285-4619
Fax (62) 285-4824
E-mail: soego@zaz.com.br
Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas): Tel (21) 2233-5879
Fax (21) 2263-6635
E-mail: fno@arras.com.br

ENDEREÇOS DOS CROS

CRO - Acre

Pres.: Cleber Ronald I. dos Santos
Travessa Amapá, 54 - Cerâmica
69900-270 - Rio Branco - AC
Tel/Fax: (68) 224-7976
E-mail: croac@uol.com.br

CRO - Alagoas

Pres.: Carlos Roberto C. de Meneses
Av. Cid Scala, 251 - Poço
57025-620 - Maceió - AL
Tel/Fax: (82) 223-5125/223-5295
E-mail: croal@oops.com.br

CRO - Amapá

Pres.: Francisco Miccione Filho
Av. Mendonça Júnior, 2236 - Santa Rita
68900-020 - Macapá - AP
Tel/Fax: (96) 223-2443/223-9399
E-mail: croap_croap@uol.com.br

CRO - Amazonas

Pres.: Ericson Leão Bezerra
Rua Silva Ramos, 71 - Centro
69010-180 - Manaus - AM
Tel/Fax: (92) 234-1380/233-6348
E-mail: croam@internext.com.br

CRO - Bahia

Pres.: Edmilson Sant'anna Moura
Rua Basílio da Gama, 03 - Canela
40110-040 - Salvador - BA
Tel: (71) 338-1300 Fax (71) 338-1309
E-mail: croba@croba.org.br

CRO - Ceará

Pres.: Moacir Tavares Martins Filho
Rua Israel Bezerra, 874 - Dionízio Torres
60135-460 - Fortaleza - CE
Tel/Fax: (85) 258-0530
E-mail: cro-ce@mcanet.com.br

CRO - Distrito Federal

Pres.: Orlando Ayrton de Toledo
SCN-Qd. 01 Bl. E - Ed. Central Park, 20º
70710 - 500 - Brasília - DF
Tel: (61) 327-1888/327-1983 Fax: (61) 327-3303
E-mail: cro-df@cro-df.org.br

CRO - Espírito Santo

Pres.: Laércio Villela Barros
Av. Leitão da Silva, 1375 - Conj. 402
29045-201 - Vitória - ES
Tel: (27) 3325-2002 Fax: (27) 3200-3616
E-mail: croes@croes.org.br

CRO - Goiás

Pres.: Henrique Cesar M. de Oliveira
Av. T.2 - esq. c/ T-49, 1381 - Qd 49 Lt 12
Setor Bueno - 74210-010 - Goiânia - GO
Tel: (62) 545-7500/545-7501
Fax: 545-7522 - E-mail: crogo@crogo.org.br

CRO - Maranhão

Pres.: Ataíde Mendes Aires
Rua Um, 628 - São Francisco
65076-320 - São Luís - MA
Tel/Fax: (98) 227-1920/227-4556

CRO - Mato Grosso

Pres.: José Armando C. Júnior
Rua Dr. Otávio da Cunha, 32 - Goiabeira
78020-520-Cuiabá-MT-Tel/Fax: (65) 321-1059
E-mail: cromt@zaz.com.br

CRO - Mato Grosso do Sul

Pres.: Anísio Lima da Silva
Rua Prof. Severino Ramos de Queiróz, 743
Monte Líbano - 79004-250 - C. Grande - MS
Tel: (67) 321-0149 Fax: (67) 321-0187
E-mail: croma@zaz.com.br

CRO - Minas Gerais

Pres.: Arnaldo de Almeida Garrocho
Av. do Contorno, 7556 - Lourdes
30110-120 - Belo Horizonte - MG
Tel/Fax: (31) 3291-8787/0480/5528/
0418/4611/0397/0870/0589
E-mail: cromg@cromg.org.br

CRO - Pará

Pres.: Paulo Sérgio C. Corrêa
Rua Alcindo Cacela, 1277 - Nazaré
66060-000 - Belém - PA
Tel/Fax: (91) 246-4161/246-4421
E-mail: cro-pa@amazon.com.br

CRO - Paraíba

Pres.: Alcione Maracajá de Moraes Beltrão
Av. João Machado, 894
58013-520 - João Pessoa - PB
Tel: (83) 221-5733 Fax: (83) 221-4070
E-mail: cropb@openline.com.br

CRO - Paraná

Pres.: Wagner João Carreira
Rua da Paz, 260 - Alto da XV
80060-160 - Curitiba - PR
Tel: (41) 223-3221 - Fax: (41) 362-2254
E-mail: cropr@fast.com.br

CRO - Pernambuco

Pres.: José Thadeu Pinheiro
Av. Norte, 2930 - Rosarinho
52041-080 - Recife - PE
Tel/Fax: (81) 3241-2752/6133/6995
E-mail: cro-pe@cro-pe.org.br

CRO - Piauí

Pres.: Lucimar de Sousa Leal
Rua Desembargador Freitas, 1571 -
Centro - 64000-240 - Teresina - PI
Tel: (86) 222-8817 Fax: (86) 223-5201
E-mail: cro-pi@triade.com.br

CRO - Rio Grande do Norte

Pres.: Maria da Conceição P. P. Solano
Rua Cônego Leão Fernandes, 619 -
Petrópolis - 59020-060 - Natal - RN
Tel/Fax: (84) 211-1948/222-4657
E-mail: cro-rn@digi.com.br

CRO - Rio Grande do Sul

Pres.: Ben Hur Godolphim
Rua Vasco da Gama, 90420-111 -
Porto Alegre - RS
Tel: (51) 3332-9299 Fax: (51) 3330-6688
E-mail: cro-rs@zaz.com.br

CRO - Rio de Janeiro

Pres.: Outair Bastazini
Rua Araújo Porto Alegre, 70 - 5º andar
20030-010 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2533-7173 Fax: (21) 2220-3775
E-mail: atendimento@cro-rj.org.br

CRO - Rondônia

Pres.: Milton Jorge Foroni
Av. Duque de Caxias, 508 - Caiari
78900-040 - Porto Velho - RO
Tel: (69) 221-1813 Fax: 223-2601
E-mail: cro-ro@enter-net.com.br

CRO - Roraima

Pres.: Maria Livoni B. de Oliveira
Rua Souza Júnior, 49 - São Francisco
69305-040 - Boa Vista - RR
Tel/Fax: (95) 224-7288
E-mail: cro-ro@cro-ro.org.br

CRO - Santa Catarina

Pres.: Cláudio Barbosa Fontes
Rua Trajano, 279 - s/401
88010-010 - Florianópolis - SC
Tel: (48) 222-4185 Fax: (48) 222-2111
E-mail: crosc@crosc.org.br

CRO - São Paulo

Pres.: Emil Adib Razuk
Av. Paulista, 688 - térreo - lj 02
01310-909 - São Paulo - SP
Tel: (11) 289-0277/289-0834
Fax: (11) 289-3774
E-mail: crosp@crosp.org.br

CRO - Sergipe

Pres.: Augusto Ribeiro Tadeu Santana
Rua Vila Cristina, 589
49015-000 - Aracaju - SE
Tel: (79) 214-3404 Fax: (79) 211-7212
E-mail: crose@infonete.com.br

CRO - Tocantins

Pres.: Ismar de Macêdo Lima
ACSV-SE 13 - Av. LO3 - Lote 6 - Loja 2
77123-520 - Palmas - TO
Tel/Fax (63) 213-1395/213-1896



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho
Federal de Odontologia · Ano 10
Nº 49 · Julho-Agosto de 2002
Edição nacional 234 mil exemplares

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA

